



trazendo agilidade para seus contratos



UMA SOLUÇÃO SUSTENTÁVEL E TECNOLÓGICA IDEALIZADA POR UMA EQUIPE
MULTIDISCIPLINAR



ARON ADAMS
quality assurance

CAMILA GONÇALVES
front-end developer

CLARA MAESTRI
front-end developer

GABRIEL SALES
quality assurance

ÍCARO LEON
back-end developer

MARIANA REIS
back-end developer

RODRIGO CARVALHO
quality assurance

VINÍCIUS PIRES
back-end developer

O agiDoc:

Com intuito de *“promover a conscientização e inovação entre os participantes, incentivando-os a desenvolver soluções tecnológicas que enfrentem desafios específicos relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU”*, a DBC Company instou o grupo em questão a identificar uma solução inovadora e criativa e, a partir disso, desenvolver uma proposta de sistema web que solucione o problema identificado, considerando os diversos aspectos relevantes da área de tecnologia e a área foco do problema apresentado.

Após debate exaustivo, realizou-se a escolha pelo **ODS 16** (Paz, Justiça e Instituições Fortes). Contudo, também evidenciou-se que, **indiretamente**, o sistema proposto atinge o **ODS 12** (Consumo e Produção Responsáveis) e o **17** (Parcerias e Meios de Implementação).

O software **agiDoc possui a capacidade** de auxiliar o gestor público e o corpo administrativo da gestão pública ao trazer conceitos relativos a *Contract Life Management* (CLM). A solução proposta busca aumentar a eficiência e transparência da Administração Pública implementando **funcionalidades como gerenciamento de contratos e licitações, armazenamento de informações, colaboração em tempo real, automação de tarefas, análise de dados, relatórios integrados, realização de assinaturas, gestão de responsabilidades e controle de versionamento**.

Para tanto, leva em consideração questões relativas à segurança, desempenho, escalabilidade, disponibilidade, compatibilidade e acessibilidade, conforme as especificidades da área governamental, seguindo normas como a Lei Geral de Proteção de Dados.

A despeito das dificuldades levantadas, espera-se que o impacto seja significativo, como: **1)** Redução da burocracia e agilização de processos contratuais e licitatórios; **2)** aceleração na implementação de projetos para atender rapidamente às necessidades da população; **3)** Economia de recursos públicos, permitindo realocação para áreas prioritárias; **4)** Maior fiscalização e transparência, aumentando a participação cidadã; **5)** Mecanismos de transparência e rastreabilidade para integridade nos processos; e **6)** Aumento da confiança pública através de maior controle social e transparência.

Conheça o **agiDoc**.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O que significa ODS?

ODS são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e seus parceiros (193 países membros)¹.

Nascido na Conferência das ONU sobre desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro em 2012, os ODS abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados pelo Mundo, passando por problemas políticos, ambientais e econômicos globais, que influenciam, direta e indiretamente o acesso à cidadania pelas populações ao redor do globo. São elas:



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Ao total, os 17 objetivos estabelecidos pela ONU e suas 169 metas² “buscam assegurar os direitos humanos, acabar com a pobreza, lutar contra a desigualdade e a injustiça, alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas, agir contra as mudanças climáticas, bem como enfrentar outros dos maiores desafios de nossos tempos³”, até 2030.

Conforme a Estratégia ODS, coalizão que “reúne organizações representativas da sociedade civil, do setor privado, de governos locais e da academia com o com o propósito de ampliar e qualificar o debate”⁴ relacionado a esse tema, além de propor meios de implementação, os ODS nascem da necessidade de engajar e conscientizar atores-chave da sociedade a respeito de seu papel e dos esforços necessários.

¹ Nações Unidas no Brasil. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 30 de dezembro de 2023.

² Estratégia ODS. Conheça os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://www.estrategiaods.org.br/conheca-os-ods/>. Acesso em: 30 de dezembro de 2023.

³ Pacto Global. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/ods>. Acesso em 30 de dezembro de 2023..

⁴ Estratégia ODS. Conheça os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ibid.

Dessa forma, a partir dos motivos que levaram a criação dos ODS e sua abrangência, fica evidente a necessidade de um esforço coletivo para enfrentar tais problemas, de modo a garantir um futuro mais justo e sustentável. Para que isso se torne possível, é necessário a participação de todas as esferas da sociedade, do setor privado aos governos locais e à academia, trazendo uma nova forma de enfrentamento aos problemas que se tornaram ordinários no contexto humano.

O ODS escolhido e como o agiDoc irá abordá-lo:

Após a primeira reunião para examinar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o grupo identificou várias questões relacionadas ao tema. Foram apontadas as falhas das instituições brasileiras, que vão desde a desconfiança até a morosidade em resolver problemas simples, além da pouca interação com administradores públicos locais.

Também, fortalecendo esse distanciamento da sociedade civil, observa-se a falta de transparência, assim como a dificuldade em acompanhar as decisões locais. Situação que se agrava sempre que casos de corrupção são veiculados pela mídia, reforçando a percepção de que as instituições atuam de maneira letárgica ou reagem quando já se é tarde demais.

Contudo, instituições fortes são vitais para uma sociedade saudável, de forma que garantem a ordem, a justiça e o cumprimento dos direitos cívicos. São, portanto, um dos fatores mais importantes para políticas públicas eficazes, transparência e combate à corrupção, de forma a fortalecer a democracia e incentivar a participação cidadã, sendo essencial que a sociedade civil crie iniciativas para seu fortalecimento.

Desse modo, por tais motivos, o **ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)** restou selecionado pelo grupo para enfrentamento:



O **ODS 16** titularizada como “*Paz, Justiça e Instituições Eficazes*”, foca em promover, através do fortalecimento do Estado de Direito, uma sociedade mais igualitária, pacífica, eficiente, transparente, com acesso público à informação -

de qualidade -, bem como aprimorar a representação da população, ampliando o exercício de cidadania e participação popular através das instituições governamentais.

Embora o ODS 16 seja o principal guia dos trabalhos, a iniciativa proposta também abrange, indiretamente, outros objetivos da ONU, como:



Em análise, os objetivos definidos pelos ODS que o sistema abordará:

Principais tópicos	Em qual ODS se sustenta?
Promoção da Cidadania	16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos
Combate à Corrupção	16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas
Eficiência Institucional	16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis
Decisão Democrática e Participativa	16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis
Gestão Sustentável de Recursos	12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais
Redução de Resíduos	12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso
Práticas Sustentáveis em Empresas	12.6 Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios
Compras Públicas Sustentáveis	12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais
Capacitação para Sustentabilidade em Países em Desenvolvimento	12.a Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo
Integração de Valores Ecológicos no Desenvolvimento	15.9 Integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas
Tecnologias de Capacitação e Inovação	17.8 Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação
Integração de Valores Ecológicos no Desenvolvimento	15.9 Integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas

Em suma, o sistema pretende abordar tais problemas desta maneira:

ODS	Como o Sistema Enfrentará
<ul style="list-style-type: none">➤ ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes<ul style="list-style-type: none">○ Promoção da Cidadania○ Combate à Corrupção○ Eficiência Institucional○ Decisão Democrática e Participativa	<ul style="list-style-type: none">➤ Transparência e Agilidade: Acelerando processos judiciais e administrativos.➤ Prevenção de Corrupção: Implementando procedimentos auditáveis e transparentes.➤ Eficiência Operacional: Aprimorando a eficiência e responsabilidade em instituições públicas.➤ Processos Participativos: Facilitando a tomada de decisão inclusiva e participativa.
<ul style="list-style-type: none">➤ ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis<ul style="list-style-type: none">○ Gestão Sustentável de Recursos○ Redução de Resíduos○ Práticas Sustentáveis em Empresas○ Compras Públicas Sustentáveis	<ul style="list-style-type: none">➤ Digitalização para Eficiência de Recursos: Utilizando processos digitais para melhorar o uso dos recursos.➤ Minimização de Resíduos de Papel: Reduzindo resíduos através da gestão eletrônica de documentos.➤ Sustentabilidade Empresarial: Apoiando empresas na adoção de práticas sustentáveis.➤ Compras Públicas Verde: Favorecendo soluções sustentáveis e eficientes nas compras governamentais.
<ul style="list-style-type: none">➤ ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação<ul style="list-style-type: none">○ Capacitação para Sustentabilidade em Países em Desenvolvimento○ Integração de Valores Ecológicos no Desenvolvimento○ Tecnologias de Capacitação e Inovação○ Integração de Valores Ecológicos no Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none">➤ Desenvolvimento Tecnológico em Países em Desenvolvimento: Fomentando habilidades tecnológicas para sustentabilidade.➤ Acesso a Tecnologias Inovadoras: Ampliando o acesso a tecnologias avançadas e educacionais, particularmente em TICs.

O Problema que o agiDoc combate:

Diversos são os desafios que dificultam e impedem o exercício da cidadania da população. A sociedade civil se sente distante da tomada de decisões dos políticos que guiam o seu cotidiano, seja pela dificuldade de acesso à informação, seja pela desmotivação, a falta de confiança para com os gestores e na capacidade de mudança do poder público.

Em pesquisas recentes encomendas pelo projeto RenovaBR, voltado para capacitar cidadãos para a política, realizadas pelo Instituto Locomotiva/Ideia (antigo Ideia Big Data)⁵ foi revelado que:

⁵ G1. Brasileiros não se sentem representados por políticos em exercício, aponta pesquisa. 2023. Disponível em:

Resultados da Pesquisa Idea/BigData

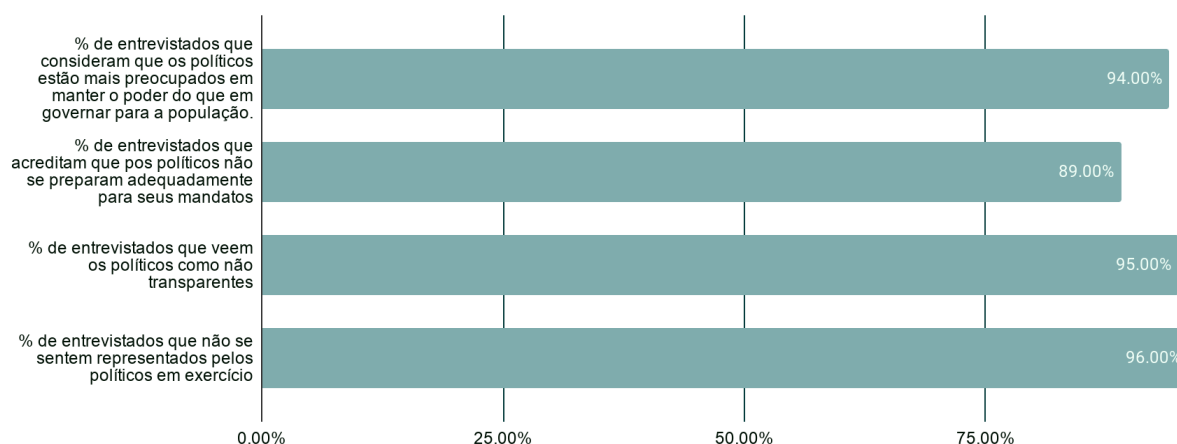


Gráfico elaborado a partir dos resultados levantados

Como se observa na pesquisa acima, muito se deve ao fato da ausência de transparência dos gestores e da administração pública que se caracterizam como um dos grandes desafios a serem enfrentados⁶.

Neste cenário, as queixas mais frequentes apresentadas pela população civil sobre os gestores públicos relacionam-se com a morosidade das instituições públicas em cumprir suas obrigações. Isso inclui tanto os serviços básicos assegurados por lei quanto às promessas eleitorais, que são frequentemente fatores influenciadores dos votos.

Juntamente a tais questões, a ausência de transparência do corpo administrativo para com a população fortalece essa ausência de representatividade. Por mais que as instituições de controle estejam presentes, há uma deficiência do que é chamado de “*accountability político*”, que se caracteriza pela falta de transparência ou instrumentos de controle na democracia brasileira para a sociedade civil, impactando negativamente a percepção pública da integridade e eficácia do governo.

Por outro lado, na tentativa de justificar as dificuldades e a lentidão nos processos, os gestores públicos frequentemente apontam a burocracia estatal como um obstáculo significativo. Eles argumentam que a rigidez e complexidade dos procedimentos burocráticos dificultam a aplicação efetiva das políticas que pretendem implementar. Esta situação os deixa, muitas vezes, sentindo-se limitados e restritos em sua capacidade de atuação política.

<https://g1.globo.com/politica/noticia/brasileiros-nao-se-sentem-representados-por-politicos-em-exercicio-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em 30 de dezembro de 2023

⁶ Transparência é o desafio de políticos e instituições brasileiras mostrarem a cara. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2021/09/transparencia-e-o-desafio-de-politicos-e-instituicoes-brasileiras-mostrarem-a-cara/>. Acesso em 01 de janeiro de 2024.

Essa percepção de estagnação, causada pela burocracia, pode levar a atrasos substanciais na implementação de programas e iniciativas governamentais. Os gestores públicos se veem envolvidos em um emaranhado de regulamentos, aprovações e processos administrativos que, embora destinados a garantir transparência e responsabilidade, podem acabar criando barreiras para ações ágeis e eficientes.

Contudo, cabe ressaltar que **a burocracia**, apesar de frequentemente vista de forma negativa, **é essencial na gestão pública**, se justificando pela necessidade de controle rigoroso no manejo do dinheiro público. Mecanismos de fiscalização e procedimentos burocráticos ajudam a assegurar que os recursos sejam utilizados de maneira responsável e transparente, evitando desvios e garantindo que as decisões atendam ao interesse da população. Portanto, longe de ser apenas um empecilho, a burocracia desempenha um papel vital na integridade e eficácia do ente público.

Também, a gestão administrativa, por suas inúmeras particularidades, pessoas e terceiros envolvidos, se trata de uma gigantesca operação com procedimentos rigorosos que, embora preveja ordem e previsibilidade, também podem limitar a flexibilidade e a capacidade de resposta rápida.

Apesar disso, embora a burocracia seja um aspecto necessário e a Administração Pública seja uma operação complexa, não devemos considerar a ineficiência como algo normal ou aceitável, de modo a se ausentar das responsabilidades advindas. Como já foi mencionado, a ineficiência burocrática não só contribui para a falta de sensação de representatividade política, mas também pode afetar significativamente a sociedade como um todo.

Portanto, é essencial buscar um equilíbrio entre a necessidade de procedimentos regulamentados e a eficiência operacional para melhor atender às necessidades e expectativas da população.

Neste sentido, um dos inúmeros gargalos existentes é o processo de compras públicas ou gestão de documentos jurídicos na repartição pública. Além da demora normal a elaboração de documentos jurídicos, que envolvem análise detalhada de informações e particularidades existentes em contextos diversos, a existência de burocracias de controle juntamente com a presença de diversos atores descentralizados, se constitui como um dos gargalos atuais, fazendo com que, este processo, já moroso por natureza, se torne um empecilho para a eficiência e rapidez dos processos governamentais.

O agiDoc:

Por mais que o grupo tenha focado na administração pública e suas complexidades, observa-se que o setor privado, geralmente à frente em inovação e tecnologia, também enfrenta problemas com a lentidão na criação e gestão de documentos jurídicos. Como mencionado, a complexidade e a necessidade de envolver múltiplos atores de diferentes setores internos causam atrasos nesses processos rotineiros.

Conforme informações trazidas pela Aurum, empresa responsável por inúmeros softwares jurídicos, *"uma pesquisa recente da EY Law descobriu que 90% dos líderes enfrentam desafios ao gerenciar contratos com suas equipes de compras, jurídicas e comerciais"*, bem como *"cerca de 57% desses gestores disseram que processos ineficientes retardam o reconhecimento de receita e 50% relatam que ineficiências resultaram em perda de negócios"*⁷.

Para agilizar esse processo de gestão de contratos, observou-se que os contratos seguem ciclos padronizados desde sua criação até a assinatura. Diante disso, várias iniciativas têm se focado em administrar essas etapas através do Contract Lifecycle Management (CLM), método que visa aprimorar a gestão dos contratos, considerando todas as suas fases essenciais.

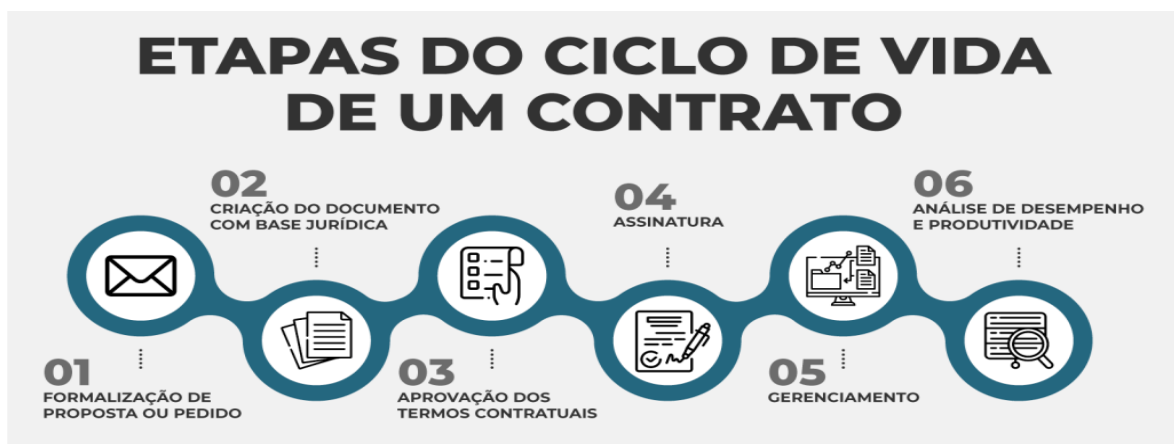


Imagem editada. Origem : Dicas de como reduzir custos com gestão de contratos. Disponível em <https://propertymanagement.com.br/dicas-de-como-reduzir-custos-com-gestao-de-contratos>. Acesso em 31 de janeiro de 2024.

Assim, o CLM, portanto, possibilitaria que *"todas as partes envolvidas no acordo acompanhem, de maneira inteligente, o cumprimento das normas e termos presentes no documento. Os direitos e obrigações presentes no acordo*

⁷ Aurum. Contract lifecycle management (CLM): O que é e como usá-lo! [online]. Disponível em: <https://www.aurum.com.br/blog/contract-lifecycle-management/>. Acesso em 31 de dezembro de 2023.

podem ser supervisionados de forma digital para que ambas as partes cumpram com as expectativas da relação pactuada”⁸.

O **agiDoc**, portanto, foca em aumentar a eficiência no processo de contratação pública, tratando-se de **uma solução que inclui os inúmeros setores da administração governamental e centraliza as diversas etapas da gestão de contratos públicos em um só lugar** - *solicitação, criação, aprovação, negociação, assinaturas, armazenamento, obrigações, conformidade, renovações* - de forma eficiente e sem perder a transparência.

Através do agiDoc, por meio da automatização de tarefas e implementação tecnológica, são possíveis diversas funcionalidades.

Requisitos Funcionais (funcionalidades do agiDoc):

Gerenciamento de Contratos:	Permitir a criação, edição, visualização e exclusão de contratos, renovação e controle/customização do fluxo do contrato.
Gerenciamento de Licitações:	Funcionalidades para criar, editar, visualizar e excluir licitações, conectadas com sistemas de comunicação governamentais.
Armazenamento de Informações:	Armazenamento das informações de todo o ciclo contratual, desde a motivação até as fases finais.
Colaboração em Tempo Real:	Suporte para edição colaborativa de contratos e licitações em tempo real, armazenando interações entre equipes.
Automação:	Automação de tarefas repetitivas como preenchimento de formulários e geração de relatórios.
Análise de Dados:	Recursos avançados de análise de dados para monitorar e controlar a corrupção.
Relatórios Integrados:	Geração de relatórios personalizados com base nos dados do sistema para eficiência dos servidores públicos.
Realização de assinaturas:	Centralização da atividade de assinar documentos e contratos para segurança e rastreabilidade.
Gestão de Responsabilidade:	Módulo robusto para atribuição e gerenciamento de responsabilidades dos colaboradores, promovendo accountability e transparência.
Controle de versionamento:	Histórico detalhado de alterações nos contratos e licitações, incluindo o rastreamento de documentos deletados, para integridade e auditorias futuras.

⁸ Webdiox. Conheça o que é um software CLM e como beneficia a sua gerência legal. Disponível em: <https://www.webdioxclm.com/pt/blog/conoce-que-es-un-software-clm-y-como-beneficia-a-tu-gerencia-legal>. Acesso em 30 de dezembro de 2023.

Requisitos não funcionais (com o que o agiDoc se preocupa):

Segurança:	O sistema deve garantir a segurança das informações durante todo o ciclo de vida do sistema.
Desempenho:	O sistema deve ser capaz de lidar com um grande número de usuários simultâneos sem degradar o desempenho.
Escalabilidade:	A arquitetura do sistema deve ser escalável para acomodar o crescimento futuro.
Disponibilidade:	O sistema deve estar disponível 24/7 para os usuários.
Compatibilidade:	O sistema deve ser compatível com várias plataformas e dispositivos.
Acessibilidade:	O sistema deve suportar o acesso e utilização de todo e qualquer usuário, independente da sua condição visual, auditiva ou cognitiva.

Benefícios e impacto esperado:

O impacto em termos operacionais é significativo. Espera-se que o sistema contribua na eficiência do gerenciamento de contratos e licitações, reduzindo a burocracia e trazendo assim mais agilidade nos processos que hoje duram meses ou até anos. Impactando positivamente a sociedade como um todo. Alguns benefícios são:

Maior cadência de melhorias:	Eficiência melhorada no gerenciamento de contratos e licitações acelerando a implementação de projetos, proporcionando resposta rápida e eficaz às necessidades da população.
Impactos Econômicos:	Otimização dos processos de gestão pública pode levar a economias significativas, possibilitando realocação de recursos para áreas de maior necessidade, fortalecendo a estrutura socioeconômica do país.
Fortalecimento da Democracia:	Com acesso facilitado à informação e maior fiscalização dos processos governamentais, o sistema poderá impactar na democracia, tornando a sociedade mais participativa, com cidadãos com voz ativa nas decisões.
Redução da Corrupção:	Implementando mecanismos de transparência e rastreabilidade, o sistema dificulta práticas de corrupção corruptas, garantindo integridade e justiça nos processos de contratação e licitação.

Além disso, por meio da transparência proporcionada pela plataforma, do fortalecimento do controle social e da promoção da participação pública, poderá haver um aumento da confiança nas instituições governamentais. Ao alinhar-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o site pode desempenhar um papel fundamental na promoção da justiça, paz e instituições eficazes, fortalecendo o senso de cidadania e a crença de que a gestão pública se encontra próxima dos cidadãos.

Desafios e considerações de implementação:

Viabilidade:

O desenvolvimento deste sistema é bem viável e com alto potencial de crescimento, porém, é previsto que haja dificuldade em encorajar que órgãos públicos regionais e nacionais utilizem o sistema, a dificuldade está ligada na resistência às mudanças operacionais e na falta de preocupação do serviço público com os problemas de seu sistema de gerenciamento ligado a documentação.

Deste modo, para garantir a viabilidade do site, é importante considerar a adequação tecnológica e financeira. A plataforma deve ser desenvolvida utilizando tecnologias amplamente suportadas e escaláveis, garantindo que a infraestrutura necessária seja acessível e eficiente. Além disso, é essencial avaliar o custo-benefício do desenvolvimento, considerando não apenas a implementação inicial, mas também os custos contínuos de manutenção e atualização. A escolha de tecnologias de desenvolvimento web consolidadas e a avaliação cuidadosa das capacidades técnicas disponíveis contribuirão para a viabilidade a longo prazo do projeto.

Além disso, muitas vezes, implementar um software para uso de órgãos públicos sem o processo de auditoria de software pode ser difícil e complicado, já que o governo requer que o sistema seja adequado a algumas certificações e normas que podem ser verificadas ao auditar uma empresa de software.

Pode ser de suma importância, nesse contexto, adequar o sistema a norma ISO27001, que visa estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente um sistema de gestão de segurança da informação (SGSI). Essa norma é importante para proteger dados sensíveis.

Também, outra norma que pode ser seguida é a ICP-Brasil, que visa estabelecer um padrão para a emissão de certificados digitais no Brasil, garantindo a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos

eletrônicos, garantindo a segurança de transações e assinaturas digitais reconhecidas legalmente no país.

No cenário dos desafios mencionados, é importante ressaltar outra complexidade significativa: a manutenção dos dados. A falta de controle e segurança na gestão dessas informações pode gerar uma série de problemas para os órgãos responsáveis. A perda de confidencialidade não apenas expõe informações sensíveis, afetando a população, mas também compromete a confiabilidade no governo, gerando insegurança nos serviços e custos significativos para a recuperação de dados e o pagamento de multas. Assim, enfrentar esse desafio torna-se fundamental, demandando investimentos robustos em medidas de segurança e em softwares eficientes.

Essas ações visam não apenas superar os desafios imediatos, mas também garantir o sucesso e a integridade a longo prazo do sistema, alinhando-se com os cuidados tecnológicos e financeiros previamente abordados⁹.

Sustentabilidade:

Para sua sustentabilidade, é necessário focar em alguns aspectos, como:

Financeiro:	Modelo de financiamento deve ser criado de maneira a garantir recursos contínuos para manutenção e atualizações.
Social:	Atender às necessidades evolutivas das instituições públicas e da sociedade, adaptando-se a mudanças nas regulamentações e demandas do usuário.
Ambiental:	práticas sustentáveis durante o desenvolvimento e operação, como eficiência energética em servidores, podem ser implementadas.
Educacional:	A sustentabilidade também pode ser impulsionada por iniciativas de treinamento contínuo para os usuários, garantindo que a plataforma seja utilizada de maneira eficaz.

⁹ ITSS TECNOLOGIA. 9 problemas gerados pela dificuldade de controle de dados da sua empresa. Disponível em: <<https://itsstechnologia.com.br/blogs/9-problemas-gerados-pela-dificuldade-de-controle-de-dados-da-sua-empresa/>>. Acesso em: [31/12/2023].

Tecnologia Necessária:

O sistema será disponibilizado através da internet, devendo então ser operado via navegador. Para tal será necessário utilizar de tecnologias voltadas ao desenvolvimento web, como:

Front-end:	Criação de uma interface amigável, moderna e profissional, com foco no gerenciamento de documentos.
Back-end:	Desenvolvimento das regras de negócio do sistema, disponibilização e controle de acesso às informações.
Banco de dados:	Armazenamento e permanência de dados ligados aos usuários e documentos.
Cloud:	Acesso e operação do sistema pela internet. Vantagens: escalabilidade, flexibilidade, redução de custos, gerenciamento de backup e recuperação de dados.
Integrações:	Segurança da Rede, Criptografia, Controle de Acesso, Auditoria e Monitoramento, Backup e Recuperação, Conformidade com a LGPD, utilização de APIs/sites oficiais.

Por se tratar de um sistema ligado à questões jurídicas e ao governo, tendo acesso a um conjunto enorme de dados extremamente sensíveis, estará muito sujeito a ataques cibernéticos. Portanto, será necessário um grande cuidado com a segurança da informação, visando proteger a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados manipulados no sistema e a privacidade de usuários conforme a LGPD.

O sistema deverá distinguir quem o está acessando, para garantir os poderes de acesso corretamente, usuários com poderes comuns podem visualizar e acompanhar o andamento de processos, usuários operacionais envolvidos nos processos podem interagir com os documentos revisando, aprovando para as próximas etapas, sugerindo alterações, assinando, etc.

Conclusão:

O agiDoc propõe uma solução completa para os desafios do processo licitatório administrativo, enfatizando eficiência e transparência para gestores e cidadãos. Viável e seguro, promete revolucionar a gestão de contratos públicos. Inovador, o agiDoc atende aos ODS e preenche um vazio em CLM adaptado às especificidades da administração pública. Ele promete minimizar os obstáculos na contratação pública, centralizando decisões e aspectos da gestão contratual, aumentando a velocidade e transparência do processo contratual, sem diminuir os instrumentos de controle existentes.